



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2018 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A VINTE E QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZOITO

Acta nº 2/2018

Aprovada em 24/04/2018

No dia vinte e quatro de Abril de dois mil e dezoito teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a segunda sessão ordinária de 2018 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – ABERTURA

Informações do Presidente

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara;

Debate

Respostas do Presidente da Câmara;

2. Prestação de Contas do Município de Coimbra referente ao exercício de 2017, apreciação e votação nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

a) Relatório de Gestão e Documentos;

b) Aplicação de resultados;

c) Inventário/Património Imóvel Municipal 2017;

3. 1ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra, (Modificação aos Documentos Previsionais nº7/2018) aprovação nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro

4. Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2017, apreciação e votação nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

5. 1ª Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra de 2018, apreciação e aprovação nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

6. Isenção de IMI e IMT ao abrigo do artº 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais:

a) Prédio sito na Rua Antero Quental, nºs 174 a 178;

b) Prédio sito na Rua da Moeda, nºs 30, 32 e 34

7. Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis – Integração do Município de Coimbra, apreciação e votação nos termos da alínea u), do nº 1, do art.º 25º, artº 108º, 109º e 110º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Hernâni Caniço, Victor Parola, Rosa Isabel, Luís Silva, Ângela Pinto Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro, Isabel Garcia e José Dias.

Presidentes de Junta de Freguesia João Marques, José Santos, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso, Jorge Veloso, António Coelho, Horácio Costa e Joaquim Pereira.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Eleitos directos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Nuno Freitas, José Rodeiro, Paula Alves, Rui Marques e João Parreira.

Presidentes de Junta de Freguesia: Francisco Andrade, João Campos, José Simão e António Teodoro.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Manuel Rocha, Pinto Ângelo, Victor Carvalho e Isabel Melo.

Presidentes de Juntas de Freguesia:

António Lopes e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Eleitos directos

Filomena Girão, José Albino, João Aldeia, Maria dos Prazeres Francisco e João Orvalho.

Presidente de Junta de Freguesia:

Rui Soares.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Lúcia Santos, Pedro Filipe e Ana Martins.

Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):

Eleitos directos

Graça Simões e Serafim Duarte.

Deputado Municipal do PPM

António Cabral Oliveira

Deputado Municipal do MPT

Rui Campos

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado, estiveram presentes os Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves, Carina Gomes, Madalena Abreu, Paulo Leitão, Paula Pêgo, José Silva, Ana Maria Silva e Francisco Queirós.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, dos pedidos de suspensão de mandato nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Deputado municipal **António Correia**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Dias**.

Grupo Municipal (PPD/PSD):

Deputada municipal **Carolina Patrício**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **João Parreira**.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deputada municipal **Filipa Malva**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Isabel Melo**.

Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):

Deputado municipal **Carlos Silva**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **João Orvalho**.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Deputada municipal **Helena Mendes**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Ana Martins**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do n.º 1 artigo 79.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13.º e, do n.º 1 do artigo 145.º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

I – ABERTURA DOS TRABALHOS - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: (áudio 21:54 a 29:16 minutos – 1.ª gravação)

- Declarou aberta formalmente a 2.ª sessão ordinária de 2018, uma vez que havia quórum, submetendo de imediato a “*Ordem de Trabalhos*” à votação, tendo sido provada por unanimidade;
- Comunicou que em reunião de Conferência de Líderes tinha sido deliberado, por unanimidade, algumas informações processuais, relativas às Comissões Permanentes, tendo ficado decidido que o quadro jurídico e processual, bem como as regras e os princípios orientadores eram matéria suficiente para trabalhar naquele quadro e por isso, não iria propôr nenhuma alteração ao anteriormente estabelecido e que caso fosse necessário apurar-se-ia ao longo do mandato;
- Informou que a Assembleia Municipal tinha recebido um convite para inscrição no 1.º Congresso Nacional da Associação das Assembleias Municipais, o assunto também tinha sido discutido em Conferência de Líderes e, tinha sido deliberado, por unanimidade, que a Assembleia Municipal de Coimbra deveria integrar o congresso e aderir àquela Associação e que iria ser objecto discussão no “*Período de Antes da Ordem do Dia*” uma “*Recomendação*” apresentada pelo Grupo Político “*Cidadão por Coimbra*” ;
- Também no “*Período de Antes da Ordem do Dia*” iria ser posta à discussão uma “*Moção*” apresentada pelo Grupo Político “*Cidadão por Coimbra*”, sobre “*Transferências de verbas respeitantes ao 1.º trimestre de 2018, até final do mês de Abril, para as respectivas Juntas de Freguesias*”;
- Lembrou que as celebrações do 25 de Abril iriam ser nos locais habituais, com o hastear da bandeira nos Paços dos Concelho, seguida de uma Sessão Solene;
- Terminou pedindo que fizessem chegar à Mesa, formalmente, os nomes dos intervenientes de cada grupo político e que fossem cumpridos os tempos extipulados para cada um.

II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): (áudio 30:53 a 42:05 minutos – 1.ª gravação)

- Disse que tinha registado a ausência do Presidente da Câmara, naquela Assembleia Municipal, na véspera do 25 Abril, por motivos burocráticos, sendo que o mesmo acontecia em várias sessões do Executivo quando os vereadores da oposição tomavam a palavra
- Disse que o PSD estava chocado com a cidade, mas não estava surpreso. Estava chocado com a impreparação, a desorganização, a incompetência, a inépcia do Partido Socialista local, para defender Coimbra;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Relativamente à entrevista dada nos jornais, dada pelo Ministro das Obras Públicas, sobre o novo aeroporto Nacional do Montijo, explicou a razão porque queria receber o estudo de impacto ambiental e a discussão pública nas próximas duas semanas, como é que tinha programado financeira com a ANA, em protocolo estritamente feito sobre o novo aeroporto internacional, porque tinha que ter investimento em 2021 e porque queria aviões a circular em 2021 naquele aeroporto, por seu lado, o ministro do governo socialista tinha explicado o que ia ser o novo aeroporto internacional do país, portanto, havia uma farsa em Coimbra, feita e alimentada para os “*media*” locais e para enganar a população e prejudicar a cidade;
- Quanto à questão da fusão das maternidades disse, que não era uma questão política, relembrando ao Partido Socialista que o despacho de fusão do Hospital dos Covões tinha sido feito pela Ministra Ana Jorge e tinha havido todo o tempo do mundo para se fazer um estudo correcto, porque se estava a falar de saúde e era por isso que cidade era a “*Capital Internacional da Saúde*”;
- Terminou dizendo que a Câmara Municipal de Coimbra tinha de colaborar com as várias entidades da cidade, antes de decidir fosse aquilo que fosse e por isso, a cidade estava chocada com a governação do Partido Socialista.

Intervenção do deputado municipal António Oliveira (PPM): [\(áudio 42:58 a 45:53 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que na anterior reunião do executivo camarário não tinha sido feito o exigível clamor de revolta política contra a intolerável intenção governativa de não construir uma autoestrada entre Coimbra e Viseu, mas antes requalificar o IP3, no perfil de duas faixas em cada sentido, por isso não poderiam aceitar, nunca, um IP3 com constrangimentos como aqueles que se admitiam junto à Livraria do Mondego e Aguieira, perigosíssimos em termos de fluidez de tráfego, devendo tornar exigível a intransigente defesa, dos grandes eixos rodoviários;
- Disse, que depois de tantos estudos e tão repetidas promessas, não se conformavam com a solução do possível contra o desejável, não podiam querer ver resolvidos quase todos, mas sim, todos os problemas daquela a que chamam de “*estrada da morte*”.
- Terminou dizendo que apesar de insubmissos e inconformados, exigiam a construção, inteira, a partir da A13, de uma autoestrada Coimbra-Viseu.

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS-PP): [\(áudio 46:26 a 49:02 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que a Unidade de Saúde Familiar Coimbra Centro tinha sido inaugurada no final do ano de 2017, nas instalações do Centro de Saúde Fernão de Magalhães e que apesar do jornal digital Notícias de Coimbra ter dado conta, de que em Dezembro passado a ARS Centro tinha divulgado que para o bom funcionamento da Unidade de Saúde Familiar, tinham realizado obras de requalificação no valor de cerca de 142 mil euros, mas que apesar de todo o investimento feito, era sabido que chovia dentro das referidas instalações, sobretudo no espaço ocupado pela secretaria;
- Mais disse, que em Abril de 2017 tinha sido feito uma denúncia pelo Presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos dando conta de que o referido Centro não tinha condições de segurança e de higiene, não possuía saídas de emergência, não tinha isolamento sonoro nem ar condicionado e que o sistema elétrico estaria avariado e nessa sequência, o Grupo Parlamentar do CDS-PP tinha questionado o Ministro da Saúde e tinham recebido uma resposta do Gabinete do Ministro da Saúde, informando “*que as condições de instalações do Centro de Saúde Fernão de Magalhães eram deficitárias, pelo que tinham encetado o processo de construção de uma nova unidade de saúde, prevendo, obras de beneficiação das atuais instalações, o redimensionamento de áreas, substituição de pavimentos, pinturas, remodelação da rede de águas e esgotos e substituição de todo o equipamento de climatização*”;
- Terminou questionando o Presidente da Câmara Municipal, sobre quais as medidas que estava a tomar para pressionar a resolução de uma situação que já se arrastava há demasiado tempo e se a Câmara Municipal estava disposta a exigir que o Ministério da Saúde apostasse na medicina de proximidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU): [\(áudio 49:34 a 50:10 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Saudou o 25 de Abril, os 44 anos de Democracia, ainda que de uma democracia incompleta por não ter resolvido os problemas principais do país, como a saúde, educação, habitação, cultura;
- Lamentou que estruturas como a Câmara Municipal de Coimbra, não apoiassem como deveriam as Comemorações Populares do 25 de Abril.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 51:06 a 56:15 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que havia poucas semanas, que no País tinha ecoado a palavra CULTURA e, que em Coimbra, tinha sido interessante ver a unidade solidária de todas as forças políticas na contestação do desprestígio com que haviam tratado as suas entidades culturais. No entanto, havia 3 agendas culturais, que continuavam fechadas e que mereciam a mesma unidade solidária, para que Coimbra marcasse de facto a diferença, ganhasse valor e respeito, perante o poder central, como o apoio à cultura;
- Também no mandato anterior e, por proposta do CpC, a Assembleia Municipal, tinha aprovado, por unanimidade, a candidatura de “Coimbra, Capital da Cultura, assim como, a criação de uma Comissão de Acompanhamento, mas nada mais tinha sido falado ou feito, sobre o assunto;
- Também no mandato anterior e por proposta do CpC, a Assembleia Municipal, tinha aprovado, por unanimidade, a candidatura de “Coimbra, Capital da Cultura”, assim como, a criação de uma Comissão de Acompanhamento, mas nada mais tinha sido falado ou feito, sobre o assunto;
- Relativamente ao Convento de S. Francisco perguntou para quando a definição de uma gestão profissional, autónoma e responsabilizada, e se a direção artística era feita num regime de assessoria da vereação, se a direção técnica seria entregue a empresas sem regulação, se o quadro de pessoal era desconhecido e, embora sabendo que tinha sido aberto concurso para 6 postos de trabalho na área da sonoplastia, vídeo e luminotécnica em contratos de tempo indeterminado na função pública, mas não tinha ficado explícito se seriam dedicados especificamente ao Convento S. Francisco;
- Terminou solicitando que lhes fossem dadas respostas às questões concretas que ali se tinham colocado esperando, um sinal de reconhecimento e uma mudança cultural no exercício das medidas políticas para a promoção da cultura, baseadas em padrões da atualidade para uma real elevação e democratização da cultura.

Intervenção do deputado municipal Hernâni Caniço (PS): [\(áudio 56:45 da 1ª gravação a 01:44 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse não poder deixar de abordar o 25 de Abril em Coimbra, num órgão autárquico que, para alguns tinha sido a maior conquista da democracia, uma vez que tinha contribuído, vivenciado e participado na sua implantação, afirmando respeitar a geração que tinha conquistado a liberdade e construído a democracia;
- Terminou afirmando que a cidade de Coimbra era um todo, a liberdade de expressão do pensamento, não era uma ficção, os direitos e regalias sociais tinham vindo a ser conquistados, o desenvolvimento ia sendo consolidando, o ambiente era valorizado, revalorizado ou até contestado, a vida saudável era estimulada e, por isso, reconheceria o contributo das novas gerações, para que Coimbra e Portugal não voltassem ao 24 de Abril, para que os mesmos valores de consciência crítica e vontade de criar, fossem úteis, para que mais “desenvolvimento sustentável”, fosse apreciado, e para que novas causas solidárias fossem emergentes dos novos problemas e soluções, pela humanidade e pela igualdade de oportunidades.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 02:16 a 05:37 – 2ª gravação\)](#)

- Disse que a CDU estava aberta à discussão e construção de soluções de futuro relativamente a criação de um espaço que não permitisse a degradação acelerada das maternidades Daniel de Matos e da Bissaya Barreto, envolvendo os profissionais do SNS, +porque entendiam que o momento exigia que,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

no imediato, se intervesse urgentemente nas referidas maternidades, dotando-as dos meios materiais e humanos que garantissem o seu bom funcionamento e que nem Assembleia Municipal, nem Câmara Municipal o poderia, fazer;

- Também naquela área, se vinha referindo a intenção de retirar a Coimbra valências do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais os SUCH que, a confirmar-se, era mais uma forma de reduzir Coimbra à condição de periferia.
- Terminou dando conta das propostas dos comerciantes da Baixa, nomeadamente: Parques periféricos gratuitos para quem viva fora da cidade; reforço os transportes públicos do Centro para a periferia; renovação da zona e remodelação das paragens de autocarros na zona da Beira Rio; redução de IMI e outras taxas sobre comerciantes e habitantes da Baixa e aumento de taxas sobre Centros Comerciais e outros equipamentos mais periféricos; aquisição/expropriação de casas desabitadas colocando-as no mercado a preços controlados; renovação a Via Central, colocando a reabilitação da zona ao serviço das populações e não da especulação imobiliária; reforço das equipas de limpeza da baixa; avançar com as obras do Tribunal; instalação de parques infantis na Baixa como forma de atrair famílias e outras pessoas; identificar as zonas de intervenção prioritária e avançar com investimentos de conversão do espaço público e de edifícios degradados; limitação das zonas de construção fora da cidade e em zonas periféricas de espaços públicos e novos equipamentos comerciais.

Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD): [\(áudio 06:00 a 08:19 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por perguntar porque é que os presidentes de juntas não tinham tempo para intervir;
- Disse que relativamente aos contratos interadministrativos de 2017, os projectos ainda não tinham chegado às juntas, assim como, o pagamento para as limpezas, dificultando assim o bom funcionamento das juntas;
- Pediu aos deputados municipais Fernando Abel e Paulo Cardoso que na última sessão da Assembleia Municipal se tinham pronunciado sobre a descentralização, que explicassem melhor como iria ser a descentralização, porque ele não entendia o que era a descentralização;
- Terminou, lembrando que a única casa que tinha tido obras na freguesia de Santa Clara, tinham sido feitas por António Salazar, não se considerava um salazarista, mais sim, um fascista de esquerda.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 09:00 a 19:37 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por dizer que se iriam comemorar 44 anos de democracia e que como sempre, na reunião da Assembleia Municipal, não podiam esquecer que o poder local era a maior conquista da revolução de Abril;
- Disse vivermos um tempo de funcionamento em rede, um tempo de tendencial descentralização numa sociedade civicamente mais madura, um tempo tão difícil quanto promissor e por isso, era preciso assumir responsabilidades, era preciso partilhar decisões, era preciso acreditar na democracia, era preciso fazê-la no Município, na Assembleia e na Câmara, era preciso promover um espaço de verdadeiro debate, de troca e aperfeiçoamento de propostas, de proximidade com as pessoas, de repensar o actual regime autárquico, que por ineficiente, não honrava a revolução que se iria comemorar;
- Passou de imediato por retratar a actualidade da Assembleia Municipal dizendo que a mesma mantinha o modelo híbrido proposto pela Assembleia Constituinte em 75/76, com um órgão deliberativo e um órgão executivo - Câmara Municipal -, a constituírem e representarem uma mesma pessoa de direito público, ou seja, o Município;
- Mais disse que, sendo a Assembleia Municipal, o órgão principal, fiscalizador da acção do Executivo camarário, tinha poder para, no limite, vetar a maioria das iniciativas camarárias, mas não tinha nenhum poder para introduzir alterações/emendas às propostas apresentadas pela Câmara Municipal, o que limitava a sua acção e condicionava irremediavelmente a sua actuação, porque o órgão fiscalizado tinha ganho ascendente e demonstrava amiúde, uma atitude sobranceira sobre o órgão fiscalizador, apontando múltiplas razões, exemplificando de entre outras, o Congresso Nacional da ANMP que era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

presidido por uma Mesa constituída por treze membros efectivos, dos quais 12 eram presidentes de câmara, e apenas um era presidente de uma Assembleia Municipal, assim como o Conselho Geral, uma vez que os membros eram os mesmos da Mesa do Congresso Nacional, o Conselho Directivo, e o Conselho Fiscal afirmando que a responsabilidade daquela falta de representatividade das Assembleias Municipais era de todos;

- Disse considerarem urgente a necessidade de procederem a uma reflexão profunda, a um debate alargado, que visasse a revisão do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e, no que especificamente respeita às Assembleias Municipais de modo a dignificar a sua missão das AM;
- Informou que o “Somos Coimbra” defendia uma maior participação de todos, mais transparente e democrática. Por isso, apresentavam uma Moção para a adesão do Município à ANAM e designavam o Presidente da Assembleia, como representante do Município na ANAM, esperando uma manifestação unânime de aceitação, pois aquela integração contribuiria para a dignificação do órgão;
- Informou ainda que o Movimento Somos Coimbra apresentava uma 2.ª Moção, por considerarem que não era aceitável que, por falta de transferência do financiamento legalmente garantido, as Juntas de Freguesia pudessem estar a ser coagidas e a pôr em causa algumas das suas competências, próprias e delegadas;
- Terminou afirmando que, por ser aquela, a herança de Abril, era o seu direito e seu dever contribuir para um regime mais justo, mais participado, que refletisse a vontade do povo que ali representavam e que os alimentava na esperança num mundo melhor.

Intervenção do deputado municipal Luís Silva (PS): [\(áudio 20:06 a 22:3 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Recordou que, no dia 17 de Abril, havia 49 anos, tinha sido uma data relevante para a cidade, que também fazia parte da memória colectiva do país, porque, um conjunto de jovens que tinham pedido a palavra e não tinham tido medo dos poderes instituídos nem das consequência de lutar por um país e por uma democracia, que na altura, tardava em aparecer, e, naquele contexto, pediu de novo a palavra para alertar para uma nova geração, que não precisava de ter medo de pedir de novo a palavra, porque a sua situação laboral precária de muitos jovens, na casa dos 30 anos, o que os levava a permanecer entre 3 a 4 anos a estagiária de forma precária, sem receber e verem constantemente o mercado de trabalho a marginalizá-los, apesar de serem a primeira geração bilingue ,que falava inglês desde tenra idade, apesar de serem um geração totalmente digital, portanto, aquela geração tinha que se unir em torno de uma nova visão do país, fazendo com que aquela nova visão se renovasse mais depressa, não só de pessoas mas também de ideias, dando o exemplo, a participação dos jovens no “Orçamento Participativo”;
- Terminou dizendo que o que a sua geração esperava dos órgãos locais, era que tivessem a decência de lutar pelo bem da sua cidade.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 24:40 a 25:21 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Fez uma observação sobre o dia 17 de Abril dizendo que “*tinham muito medo porque havia razão para o ter*” por isso, não deveria ficar a imagem romântica ou heroica daquele acontecimento, porque eram realmente muito jovens, agradecendo ao deputado municipal Luís Silva pela sua intervenção.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 26:26 a .35:34 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse ter chegado ao conhecimento da CDU as condições de trabalho e vivência dos trabalhadores da Câmara Municipal, nomeadamente, na recolha do lixo, apenas feita por um cantoneiro, em algumas zonas do Município porque os serviços estavam em rotura e era da responsabilidade colectiva do Município;
- Informou que esta situação era do conhecimento geral dos cidadãos, dos comerciantes, era uma situação grave, que em punha em risco a vida e a saúde dos trabalhadores da higiene, cujos concurso estariam em curso que para além de terem sido fortemente penalizados pela necessidade efectiva de aumento do quadro de pessoal por haver um antigo contencioso de acumulação de folgas que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

estavam a ser compensadas e muito menos pagas, por isso, era importante resolução rápida daquela situação;

- Quanto à discussão das Moções apresentadas disse não estar atribuído tempo para pronuncia das mesmas;
- Relativamente à intervenção da deputada municipal Filomena Girão, aquando da apresentação de defesa de uma das moções disse, que esta se tinha esquecido de referir as razões que tinham levado à situação actual, porque, o diagnóstico dos resultados das alterações legislativas do modelo do poder local, resultante da Revolução de Abril, tinha levado à situação actual e, relativamente à solução apresentada era apenas e só a adesão da Assembleia Municipal à ANAM, por contraposição à ANMP;
- Concluiu dizendo que a referida moção carecia de falta de sustentação, para a adesão à ANAM e por isso não poderiam acompanhá-la na votação.

Intervenção da deputada municipal Rosa Isabel (PS): [\(áudio 37:51 a 40:28 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que tinha tido conhecimento que o Executivo Municipal tinha promovido na área da Ação Social diversas medidas que se pautavam por um trabalho de proximidade, promovendo a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómicas e proteção de grupos mais vulneráveis, dando como exemplo, as 18 Comissões Sociais de Freguesia, em funcionamento desde 2015, que vinham a reforçar a sua importância como estruturas de apoio à implementação do Fundo Municipal de Emergência Social, permitindo assim à Autarquia, em articulação com aquelas Comissões, a proteção de indivíduos e agregados familiares em situação de grave ou emergente carência social e ao desenvolvimento social das freguesias e, por ser um instrumento no combate à pobreza e à exclusão social, dever-se-ia manter, com a articulação do trabalho coletivo dos vários parceiros concelhios;
- Terminou dizendo que em nome da bancada do Partido Socialista se congratulava com o Executivo pelas políticas municipais seguidas, que assentavam numa valorização de Coimbra e de todas as suas freguesias e, sobretudo, na valorização dos seus cidadãos e na melhoria da sua qualidade de vida

Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS-PP): [\(áudio 40:51 a 43:27 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou com uma nota prévia afirmando que acompanhavam as palavras e a intervenção do deputado municipal Nuno Freitas;
- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara perguntando-lhe qual era a posição do Executivo sobre as questões de segurança, acessibilidades, deficiente iluminação, degradação de edifícios e espaços envolventes ao Polo III da Universidade de Coimbra e a limpeza da cidade por se encontrar muito suja;
- Questionou o Presidente da Câmara e o Presidente da Junta de Freguesia de Ceira sobre o estado da estrada Coimbra/Miranda do Corvo, mais concretamente, sobre a curva existente em Arruteia, em Sobral Ceira, porque se encontrava em risco devido ao deslizamento de terras;
- Terminou dizendo que se congratulava com a deputada municipal Rosa Isabel sobre a acção social promovida pela Câmara Municipal, mas gostaria que após o término daquela reunião todos os deputados municipais se deslocassem à Av. Fernão de Magalhães, às antigas instalações da Ford, para verem as condições degradantes em que se encontravam os sem-abrigos que lá estavam a viver

Intervenção do deputado municipal José Dias (PSD): [\(áudio 44:05 a 47:16 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que o Governo tinha anunciado no dia anterior uma matéria da maior importância, não só para os mais jovens, mas também para os mais carenciados sobre a nova geração de políticas de habitação e, era com muito gosto que recebia aquela notícia, pois vinha proteger aqueles que menos tinham;
- Mais disse que aquelas políticas, que ainda estavam em fase de preparação e de aprovação pelo Conselho de Ministros, iriam promover uma reforma da maior importância, não só por ter o objectivo de retirar cerca de 26 famílias da pobreza;
- Destacou 6 pontos fundamentais do referido programa, tais como: proteger as famílias com baixos rendimentos, protegendo-as e adquirindo novos imóveis; promoção de rendas acessíveis; incentivos à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

instabilidade dos contratos; prioridade à reabilitação; melhoria dos bairros sociais e promoção da mobilidade para o interior, conseguindo assim, exprimir o que era a maior valência do Partido Socialista e do Governo, nas políticas de habitação;

- Pelo exposto disse, que o Partido Socialista em Coimbra também iria preparar aquela mesma política de habitação e saudou aquele pacote legislativo;
- Terminou dizendo que em relação à temática da saúde, a Câmara Municipal tinha ficado à margem naquilo que tinha sido, a “*Cimeira Mundial da Saúde*”, pois aquele evento tinha decorrido num dos grandes investimentos da cidade, o “*Centro de Congressos do Convento de S. Francisco*”, que uma vez mais, tinha conseguido elevar o nome de Coimbra, elevar o nome de Portugal, e que numa conferência com tantos ministros internacionais, tinha sido consenso geral, que o Centro de Congressos do Convento de S. Francisco, era uma infraestrutura de excelência preparada não só para eventos culturais mas também para eventos científicos.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 47:55 a 49:42 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Nuno Freitas e à deputada municipal Filomena Girão informando-os que o PSD, o SC e o CDS não prescindiam de um aeroporto em Coimbra, mas para o Partido Socialista, Coimbra estava em primeiro lugar;
- Terminou dizendo que quanto à localização da maternidade, entendia também que não era uma questão política e o Partido Socialista queria uma maternidade que servisse tudo e todos.

Intervenção do deputado municipal Jorge Mendes (CDU): [\(áudio 50:56 a 54:13 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por perguntar à deputada municipal Filomena Girão se sabia onde era a Quinta das Runas, e por isso aconselhou-a antes de fazer afirmações a pensar que os presidentes de juntas eram necessários naquela Assembleia Municipal pelo menos para trazer os problemas das freguesias, dando como exemplo os problemas existentes no Centro de Saúde de Taveiro;
- Mais disse que relativamente à Moção relativa às freguesias, apresentada pelo SC entendia que, todos os presidentes de junta deveriam mandassem com urgência as certidões para a Câmara Municipal de modo a receberem as suas verbas;
- Terminou dizendo que estava de acordo com a retirada da 2ª cláusula da assinatura do protocolo por entender que as verbas eram muito exorbitantes.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 54:35 a 58:00 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Terminado o “*Período Antes da Ordem do Dia*” disse que gostaria de se pronunciar sobre as moções apresentadas, começando pela Moção sobre a ANAM, informando que em Conferência de Líderes tinha havido um acordo unânime da integração da Assembleia Municipal, na ANAM e por isso, tudo aquilo que cada grupo político tivesse como interpretação, particular, individual, subjetiva daquela acção, era da sua responsabilidade;
- Dito as razões subjetivas e objetivas que entendia, sobre a adesão à ANAM propôs, que após a intervenção do deputado municipal Manuel Rocha, se passasse de imediato à votação.

Moção

Moção para a melhoria da qualidade da democracia local e integração do Município de Coimbra na Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM):

Com vista à dignificação da missão das Assembleias Municipais e demais órgãos autárquicos e à melhoria da qualidade da democracia local, é urgente alterar o paradigma vigente e promover uma reforma autárquica capaz de realizar plenamente a democracia.

Crete nas vantagens da integração do Município de Coimbra na ANAM, o Movimento Somos Coimbra defende uma maior participação de todos, mais transparente e democrática, pelo que vos apresentamos hoje uma moção que cremos merecedora de uma manifestação unânime de aceitação de todos os Deputados Municipais de Coimbra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Ora, sendo o objectivo a representação institucional do município, há quem entenda que a adesão deva ser feita mediante pronúncia dos dois órgãos que compõem a pessoa colectiva município (Assembleia Municipal e Câmara Municipal), pelo que, de acordo com este entendimento, deveria hoje a Assembleia Municipal (AM) aprovar a adesão do município à ANAM e designar o Presidente da Assembleia como representante do município na ANAM e, ainda, emitir recomendação à Câmara Municipal (CM) para que deliberasse no mesmo sentido, em reunião próxima do executivo.

Todavia, de acordo com o entendimento de Gomes Canotilho e Vital Moreira (Constituição da República Portuguesa Anotada, Vol. II, Coimbra Editora, 2010, p.768), a adesão a uma associação de direito privado de municípios, que tem em vista a representação institucional dos seus associados, como é o caso da ANAM, estará tipicamente reservada à Assembleia Municipal.

Porque o Somos Coimbra defende uma maior participação de todos, mais transparente e democrática, apresentamos-vos hoje uma moção, para a qual esperamos uma manifestação unânime de aceitação, pois estamos certos de que a integração na ANAM contribuirá para a dignificação do órgão que todos integramos, e também do nosso município, e ainda ajudará na realização da democracia que todos desejamos.

Pelas mesmas razões, estamos certos de que seria sempre essa a deliberação da CM, numa inequívoca manifestação de respeito pela AM e pela democracia.

Os Deputados Municipais do Movimento Somos Coimbra consideram que a integração proposta na ANAM constitui um passo imprescindível para a melhoria da qualidade da democracia local e, por tal, solicitam ao Exmo. Senhor Presidente da AM a distribuição e votação da presente moção.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 58:22 a 59:34 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que todas as posições tomadas em Conferência de Líderes tinham que ser posteriormente validadas pelos seus pares e pela Assembleia Municipal que era soberana relativamente à questão levantada;
- Mais disse, que a única questão que lhes tinha surgido aquando da discussão da Moção, tinha sido o facto de já existir uma associação, a ANMP e a forma em que aquela estava preconizada, não tinha os pressupostos fundamentais para poderem estar ao lado de uma decisão conjunta da Assembleia Municipal, por terem entendimentos diversos, nomeadamente, a reforma do sistema das competências das câmaras municipais e das assembleias municipais e também, as diferenças da necessidade de implementar a regionalização, tal qual estava consagrada na constituição e por isso, traduziriam no voto a sua posição.

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 59:39 a 19:37 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse concordar com o princípio da “*porta aberta*” e, sabendo que na reunião de Conferência de Líderes eram representados todos os grupos políticos, não tinha dúvidas que a Assembleia Municipal teria todo o interesse em deliberar naquele sentido.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 00:14 a 00:32 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse, que no seu entender, a participação no congresso, implicava a adesão à ANAM, portanto, dependia de uma deliberação da Assembleia Municipal e não da Conferência de Líderes.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 01:28 a 03:36 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse ter uma proposta processual de ratificação a deliberação da Conferência de Líderes e não votar aquela Moção, porém, após a intervenção da deputada municipal Filomena Girão propôs que a mesma baixasse à Comissão de Assuntos Jurídicos, para parecer, por poder haver conflitos entre uma associação (ANMP) e outra (ANAM).

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 04:45 a 05:11 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Questionou o Presidente, como responsável máximo da Assembleia Municipal sobre se a mesma estaria na posse das suas capacidades legais para deliberar sobre aquela matéria.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 05:12 a 12:51 minutos – 3ª gravação\)](#)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Esclareceu, que apenas se tinha limitado a relatar, oralmente, o que sido a reunião da Conferencia de Líderes, sobre aquela matéria, que lhe parecia pacífica, mas em democracia, havia sempre soluções, mas se se constasse que apesar do consenso da reunião de líderes não haveria vontade política formal, expressa para fazerem uma adesão efectiva à ANAM, pois o congresso seria no dia 30, não se faria;
- Para isso, era necessário resolver primeiro, através do voto, a proposta levantada pelo deputado municipal Ferreira da Silva, sobre se aquela matéria deveria ou não baixar à Comissão de Assuntos Jurídicos;
- Propôs de imediato a votação com a seguinte alteração: *quem considerassem que a Moção, que implicava a associação à ANAM, devia baixar à **Comissão de Assuntos Jurídicos**, e, em função do seu parecer, aderir ou não à ANAM;*
- Após votação de todos os deputados municipais foram apurados os seguintes resultados: 21 votos a favor; 26 votos contra e 1 abstenção, portanto, foi **rejeitada**;
- Terminou, propondo a votação a proposta de adesão à ANAM apresentada pelo Movimento “*Somos Coimbra*”.

Deliberação/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sobre proposta do Movimento “*Somos Coimbra*”, deliberou *por maioria*, com 32 votos a favor, 8 votos contra e 9 abstenção, *aprovar* a adesão à ANAM.

Declaração de voto do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 12:54 a 13:06 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que o Partido Socialista se tinha absterido pelo pressuposto de que a nova associação na conflituava com a ANMP.

Declaração de voto do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 13:14 a 13:37 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que votaram contra porque consideravam que a Conferencia de Líderes não tinha legitimidade para poder deliberar sobre questões daquela natureza, mas também porque lhes suscitava algumas dúvidas a legalidade daquela tomada de posição.

Declaração de voto do deputado municipal Francisco Rodeiro (PSD): [\(áudio 13:50 a 15:31 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que tinham votado favoravelmente, mas, todavia, entendia que a adesão implicava o pagamento de uma quota anual, que não poderia ser paga pela Assembleia Municipal por não ter orçamento próprio, por isso, não sabia se a Câmara Municipal aprovava ou não aquela adesão.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 15:44 a 22:00 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Esclareceu que iria colocar à votação a Moção apresentada pelo Movimento “*Somos Coimbra*” que solicitava à Câmara Municipal que as transferências para as juntas de freguesias fossem feitas, em regime de duodécimos, a qual também continha, uma outra questão, que lhe levantava algumas dúvidas, e que tinha a ver com a responsabilidade dos titulares dos cargos públicos, sobre as normas de execução orçamental porque, a Lei nº 34/87, de 16 de Junho, no seu artº 14º dizia que: *...”quando não se cumpram alguns pressupostos da contabilidade pública, na forma como se faz os pagamentos, indicia, integra um potencial crime de execução ou desvio de verbas orçamentais”*, por isso, achava que se estava a entrar num território delicado, porque se estava a propor à Câmara Municipal, um adiantamento e a lei só admitia o pagamento, depois da obra feita, assim sendo, recomendava pessoalmente que, havendo um grupo criado, proposto pelo PSD e aprovado maioritariamente na Assembleia Municipal, que a mesma baixasse ao grupo para negociar com a Câmara Municipal e apresentar posteriormente na Assembleia Municipal, uma qualquer resposta de carácter jurídico, sobre o fundamento jurídico da questão, uma vez, que os acordos já se encontravam aprovados, estando previstas as formas de pagamento, e se corria o risco de que aquela recomendação fosse considerada completamente ilegal e levantasse responsabilidades de carácter penal;
- Terminou dizendo que *”não apadrinhava”*, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, aquela proposta, deixando à consideração dos deputados municipais, sugerindo, no entanto, que se ninguém a retirasse teria que levantar o assunto durante o decorrer da Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 22:18 a 22:37 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse ter redigido parte daquela Moção, aceitava a recomendação proposta pelo Presidente da Assembleia Municipal, mas, o que era certo era que se a Câmara Municipal não estava mandatada para fazer os pagamentos, as juntas também não estavam mandatadas para fazer as obras, mas já as tinham feito.

Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD): [\(áudio 24:12 a 26:14 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que não se estava a falar dos contratos interadministrativos, mas sim do apoio ao bom funcionamento das juntas de freguesias, nomeadamente do pagamento aos funcionários, aos empreiteiros e outros serviços.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 27:01 a 30:05 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que se estava a falar de 2 coisas diferentes, sendo uma, a transferência de verbas em duodécimos e outra coisa, era votar a Moção apresentada que dizia o seguinte: “... fazer transferências em regime de duodécimos, com posterior acerto de contas, até serem assinados os competentes acordos...”, perguntando se não havia acordos efectuados, que transferências de duodécimos se iriam fazer, para além disso, era uma Moção que ia contra aquilo que tinha sido aprovado na última Assembleia Municipal, concordando com a recomendação do Presidente da Assembleia, que tinha sido cauteloso, quando invocou a Lei nº 34/87, de 16 de Junho.

Intervenção do deputado municipal João Campos (PSD): [\(áudio 30:27 a 30:37 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse entender que havia ali um grande equívoco porque, ou teria havido uma alteração orçamental e os presidentes das juntas não sabiam ou, já tinham votado o orçamento onde estavam inscritas aquelas verbas

Intervenção do deputado municipal Manuel Veloso (PS): [\(áudio 31:41 a 34:33 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Começou por fazer uma distinção entre contractos interadministrativos, onde recebiam consoante os projectos assinados e, os contractos de execuções, que já tinham assinado e apresentado os relatórios, mas ainda não tinha recebido qualquer verba, perguntando ao Presidente da Câmara Municipal para quando o pagamento trimestral às juntas de freguesias, cuja prática já existia em muitas juntas de freguesia do país.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [\(áudio 15:44 a 22:00 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que o Presidente da Câmara responderia no “*Período da Ordem do Dia*”, colocando de imediato à votação a referida Moção com a proposta de *baixar* ao “*Grupo de Trabalho*” constituído pelos presidentes de juntas

Moção

Moção para que as verbas respeitantes ao primeiro trimestre de 2018 sejam transferidas até ao final do corrente mês, para as respectivas Juntas, recorrendo ao cálculo de um regime de duodécimos:

Considerando que um Concelho é um conjunto de Freguesias, e que é fácil perceber como o estado do Concelho de Coimbra é o somatório da situação de todas as suas Freguesias;

Considerando que as Juntas de Freguesia trabalham em regime de especial proximidade com os respectivos municípios e que têm um vasto conjunto de competências delegadas, que são essenciais para a resolução dos problemas locais de distintas naturezas;

Considerando que o exercício atempado deste amplo leque de responsabilidades é essencial para o bom desempenho do poder local, freguesias e restantes órgãos do município, e corresponde a uma permanente e natural exigência dos municípios;

Considerando que não é aceitável que, por falta de transferência do financiamento legalmente garantido, as Juntas de Freguesia possam ser coagidas a pôr em causa algumas das competências delegadas, tais como: 1 - Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes; 2 - Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros; 3 - Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

público, com excepção daquele que seja objecto de concessão; 4 - Gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados; 5 - Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; 6 - Promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos referidos na alínea anterior;

Considerando que, independentemente de os acordos de execução estarem, ou não, assinados, é fundamental manter um fluxo de liquidez nas Freguesias, até porque os trabalhos foram já realizados, e o seu pagamento é já devido;

Considerando que a Câmara Municipal de Coimbra tem a obrigação de transferir regularmente o financiamento devidamente definido por Lei;

Considerando que, tal como acontece a nível nacional, é possível fazer transferências em regime de duodécimos, com posterior acerto de contas, até serem assinados os competentes acordos entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal;

O Movimento Somos Coimbra propõe que as verbas respeitantes ao primeiro trimestre de 2018 sejam transferidas até ao final do corrente mês, para as respectivas Juntas, recorrendo ao cálculo de um regime de duodécimos, garantindo assim, neste âmbito, o bom funcionamento do Município. Este regime poderá prolongar-se, mensalmente, até à assinatura dos referidos acordos, com acerto de contas a efectuar imediatamente após a referida assinatura.

Deliberação/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sobre proposta do Movimento “Somos Coimbra”, deliberou *por maioria*, com 28 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenção, baixar à Comissão de Assuntos Jurídicos.

Declaração de voto do deputado municipal Pedro Filipe (CDS-PP): [\(áudio 38:10 a 39:01 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Informou que se tinham absterido, mas havia uma questão que os deixava perplexos, que era o facto de só as juntas de freguesia, que não eram do Partido Socialista, tinham problemas, pro isso entendia que aqueles também deveria manifestar-se.

Declaração de voto do deputado municipal Francisco Rodeiro (PSD): [\(áudio 39:26 a 40:08 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse que votou a favoravelmente a descida à Comissão por estar convicto que a atribuição em regime de verbas em duodécimos contrariava a aprovação do orçamento decorrido no ano transacto, não invalidando, no entanto, que não se condenasse de forma veemente, como a Câmara Municipal tratava as freguesias.

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 41:03 da 3ª gravação a 09:51 minutos – 4ª gravação\)](#)

Nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 75º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal durante o período. O Presidente da Câmara Municipal esclareceu os pontos da sua informação escrita.

- Alertou que para os devidos e legais efeitos, que tinha testemunhado o cometimento de uma ilegalidade grave da deliberação tomada no “*Período de Antes da Ordem do Dia*” que não era legal de adesão de um órgão autárquico a uma associação, especial, sem que os estatutos fossem conhecidos e sem ser lido, dando como exemplo a leitura do artº 3º daqueles estatutos, sugerindo assim, que se reponderasse aquela deliberação, uma vez que aquela adesão traria implicações subsequentes, que eram relevantes para a vida de cada um dos autarca que a assumissem;
- Disse ser uma perversão o que tinha sido deliberado porque a Assembleia Municipal, era um órgão fiscalizador e como tal, apenas tinha o poder de autorizar a Câmara Municipal a aderir à referida Associação, por isso, o que tinha sido deliberado colidia com as atribuições previstas na lei, porque, o artº 3º dos estatutos da putativa Associação Nacional de Assembleias Municipais, que não tinham sido partilhados, não eram conhecidos e gostaria de saber que os tinha lido, pedindo que ficasse em acta esta não partilha, era um perversão sobre as regras estatuídas na Lei nº 75/2013 e porque, quem representava a Câmara Municipal e o Município, era o Presidente da Câmara Municipal e, os órgãos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

do poder local democrático, tinham atribuições próprias, que não eram aquelas que aquela Associação apresentava;

- Havia duas escrituras, a primeira, de uma Associação tipo recreativa, que tinha personalidades fundadoras, que desempenhavam funções nas assembleias municipais e que, após as eleições autárquicas, deixaram de ser presidentes das assembleias municipais e a segunda escritura, tinha sido feita em Miranda do Corvo, cujo artº 3º dizia, “*que representavam os municípios*”, não era verdade e por isso, violava a lei;
- Chamou à coação o enquadramento da irregularidade da decisão tomada, na medida em que, as Associações de Municípios, eram criadas por iniciativa municipal, através das deliberações dos órgãos representativos, não podendo assim, constituir-se numa associação de municípios, sem a prévia deliberação dos órgãos municipais e sem que o outorgante da escritura pública nela interviesse em representação e, com mandato do Município, por isso, a Assembleia Municipal não poderia tomar aquela deliberação, sem a autorização e sem proposta da Câmara Municipal;
- Como Presidente da ANMP eleito e em nome do povo, portanto, com dupla legitimidade, entendia, que se deveria discutir aquela questão com profundidade, com seriedade, com rigor e não naquele modo, de forma infundamentada e irregular, porque a questão era muito séria, tratada daquela forma, num período em que estavam a ser discutidas, a Lei das Finanças Locais, a Lei de Quadro de Atribuições e Competências das Autarquias Locais e a Lei da Descentralização e, após se ter conseguido um conjunto de acordos políticos, era lastimável que a Assembleia Municipal tivesse deliberado aderir àquela Associação, sem conhecer os estatutos;
- Dirigiu-se ao Presidente da Assembleia Municipal informando-o que aquela decisão era susceptível de causar danos, inclusivamente a Coimbra, lamentando que a Assembleia Municipal tivesse deliberado sobre aquela questão sem conhecer os estatutos;
- Sugeriu ao Presidente da Assembleia Municipal que reconsiderasse o figurino das intervenções do “*Período de Antes da Ordem do Dia*”, manifestando o seu desconforto sobre o seu alinhamento, bem como da tomada de deliberações no “*Período de Antes da Ordem do Dia*”;
- Relativamente à localização da Maternidade de Coimbra, disse discordar da afirmação feita “*que não era uma questão política, mas sim técnica*”, esclarecendo, que era sim, uma questão política, técnica e de ordenamento do território, defendendo que a localização adequada era na Quinta dos Vales – Hospital dos Covões;
- Informou que se a lei e as notificações estivesse a ser cumpridas a gasoleira existente na Praça Mota Pinto estaria naquele dia a ser desmontada e as chaves seriam entregue à Câmara Municipal de modo a criar condições de acessibilidade, não só, aos CHUC, mas também, ao Polo III;
- Quanto às delegações de competências nas juntas de freguesias disse, que a Assembleia Municipal tinha aprovado as minutas de contratos dos acordos interadministrativos e, como Presidente da ANMP, tinha assinado um contrato com o Presidente da ANFRE e com Autoridade Nacional da Protecção Civil, onde estava estabelecido o “*modus operandi*” de todos os autarcas;
- Terminou sublinhando que se lhe deparava uma questão sobre a deliberação de adesão a ANAM e também, uma recomendação para que se pudesse consultar, entre outros diplomas, a Lei do Protocolo de Estado, sobre “*quem representa e quem e, quem é que...*” e, se fossem necessário, poder-se-ia partilhar a documentação de suporte.

Debate

Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC): [\(áudio 10:12 a 12:06 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara Municipal agradecendo-lhe o seu excesso de paternalismo, informando, no entanto, que os avisos que lhe tinha feito, podiam ser perigosos e limitar o “*livre pensamento*”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Terminou sugerindo ao Presidente da Assembleia Municipal que relativamente à Maternidade de Coimbra, fosse feita uma assembleia extraordinária e/ou debate, onde estivessem presentes especialistas de modo a esclarecer algumas questões.

Intervenção do deputado municipal Francisco Rodeiro (PSD): [\(áudio 12:31 a 19:44 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Relativamente á intervenção do Presidente da Câmara, disse que os levava a pensar que quem ficava “entalado” seria o Presidente da Assembleia Municipal, uma vez que esta, não tinha orçamento próprio e, como precisava para as suas deslocações e representatividade do orçamento da Câmara Municipal e, na decorrência da intervenção do Presidente da Câmara, que considerava ilegal a adesão à ANAM, naturalmente, não iria cometer uma ilegalidade, dando os apoios necessários para que a Assembleia Municipal pudesse ser representada naquela associação, esclarecendo que se achasse que era uma ilegalidade não teria dado o seu voto favorável, embora tivesse colocado algumas reticências;
- Relativamente ao novo Palácio da Justiça, dirigiu-se ao Presidente da Câmara perguntando-lhe se haveria alguma novidade para além daquela que se deduziam da afirmação feita pela Ministra da justiça, ou seja, a sua construção para o ano de 2018;
- Quanto ao IP3, parabenizou o deputado municipal Cabral de Oliveira pela sua intervenção e que quando o deputado Nuno Freitas tinha dado pela ausência do Presidente da Câmara no início daquela assembleia tendo o Presidente da Assembleia Municipal informado que estaria no final na reunião da ANMP, interrogou-se se o Presidente da Câmara não estaria a fazer a rodagem do seu novo veículo no IP3 e era evidente que não o faria com segurança, recordando que a luta do IP3 já vinha de 2001, sendo então o Primeiro Ministro o Eng^o António Guterres, que em pleno trajeto tinha proferido o seguinte: “*é uma estrada com problemas e com dificuldades e o governo compromettesse para já a concluir o trajecto com perfil de auto estrada*”, afirmando que não tinha sido apenas aquele governo que tinha perfilado não concluir a IP3, porque o Partido Socialista, tinha responsabilidade acrescida pelo tempo que detinha de governação, incluindo também, a Câmara Municipal presidida durante 16 pelo actual Presidente da Câmara e o seu partido não abdicavam do perfil do IP3, em regime de auto estrada, mas para obviar aos acidentes mortais e frequentes que decorriam naquele trajecto, não lhes repugnava uma requalificação imediata;
- Terminou perguntando ao Presidente da Câmara, quais as medidas que tinha acolhido, para resolver os problemas dos sem abrigo, em especial no Bota-Abaixo.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 20:02 a 20:35 – 4ª gravação\)](#)

- Reforçou, que relativamente à questão das maternidades, deixavam, o não apoio à solução do território nos CHUC, deixando também uma nota, já anteriormente aventada, sobre a desativação Hospital Central dos Covões, porque, qualquer solução aventada deveria ter proximidade a um hospital central e por isso, dever-se-ia investir nas maternidades existentes, até haver uma outra solução.

Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC): [\(áudio 21:40 a 22:41 – 4ª gravação\)](#)

- Recolocou as questões anteriormente feitas no “*Período de Antes da Ordem do Dia*” sobre o Regulamento de apoio para as associações desportivas e recreativas, Coimbra Capital da Cultura e por último a gestão global do Convento de S. Francisco.

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 23:00 a 23:24 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse que estava à espera que o Presidente da Câmara dissesse quando é que o dinheiro iria para a conta das freguesias, uma vez, que tinha assinado um acordo, como Presidente da ANMP, com a ANAFRE onde tinha ficado estipulado que as juntas tinham que limpar as faixas de combustão, afirmando que não havendo dinheiro, não faria aquele trabalho.

Intervenção do deputado municipal Francisco Andrade (PSD): [\(áudio 25:12 a 26:37 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse ter sido mandato pela Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais para ler um texto apresentado pelo Partido Socialista, votado por unanimidade pela referida Assembleia, sobre um anúncio onde o Governo se preparava para construir uma nova maternidade nos espaços adjacentes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

aos CHUC, afirmando que só um inexplicável desconhecimento dos actuais constrangimentos de circulação e de estacionamento poderia explicar tão bizarra decisão;

- Terminou afirmando que a decisão da Assembleia de Freguesia de Santo António dos Olivais tinha sido no sentido de exortar a Presidente da ARC, o Presidente do Conselho de Administração dos CHUC a tornarem claros os fundamentos que presidiam tal escolha, nomeadamente as eventuais vantagens que dali pudessem advir em termos de saúde e bem-estar das populações.

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS-PP): [\(áudio 27:28 a 30:06 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse que o tema do aeroporto internacional revelava uma inversão das prioridades relativamente ao que realmente importava na vida das pessoas de Coimbra e que gostaria de ver o antigo presidente da CP, Manuel Queiró, aproveitar todo o seu *know-how* e sugerir a Manuel Machado que esquecesse a ideia do aeroporto e apostasse na criação dos meios necessários para Coimbra ter ligações ferroviárias dedicadas aos dois principais aeroportos internacionais mais próximos, que poderiam diminuir radicalmente o tempo de acesso, colocando Coimbra em pé de igualdade com cidades, como por exemplo: Londres;
- Quanto á reprogramação dos fundos do Portugal 2020, disse que era sabido que deveria estar virada para a coesão territorial, porque, mais parecia que em matéria de mobilidade, Coimbra ou era motivo de paródia ou não existia, dando como exemplos: toda a extensão do IP3, o prolongamento da A13 até à Barragem da Agueira como alternativa ao troço "assassino" do IP3 na zona de Penacova, a duplicação da via do IP3 no troço Agueira-Viseu e o prolongamento do IC12 até Mangualde, sendo estes absolutamente estruturais, para a região de Coimbra;
- Terminou afirmando apesar da relevância daqueles assuntos não conseguia ver qualquer iniciativa do Município de Coimbra na defesa dos interesses da região.

Respostas do Presidente da Câmara;

Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 30:36 a 49:34 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que as transferências das obras realizadas, conforme os contratos/protocolos celebrados com as juntas de freguesias, tinham sido todas executadas encontrando-se saldadas;
- Mais disse, que em aditamento á informação dada anteriormente, relativamente à localização da maternidade, trazia à coação alguns elementos complementares, lembrando que após inauguração dos HUC, nunca mais tinha sido tratadas as questões das acessibilidades ao estabelecimento e do conforto, informando que, desde aquela inauguração tinham construído na cerca 14 novos edifícios/serviços e tinham sido acrescentados ocupações de outros serviços, provenientes do Hospital dos Covões e do Hospital do Sobral Cid, portanto, a resposta não podia ser elástica e exigia uma solução, por isso, ninguém podia aventar desculpa para ficar à espera da "última moda", deixando claro, que para os que eram de Coimbra, não era aceitável aquela explicação e, para os que não eram de Coimbra não poderiam ficar a pensar que aquilo era uma solução;
- Quanto ao IP3 disse pensar que era bem conhecida a posição pública do Presidente da Câmara de Coimbra sobre aquela problemática por não se tratar só da mera ligação de Coimbra a Viseu, mas sim, a ligação estratégica, que estava assumida, graças às negociações se encontravam na recta final para lançamento de concurso, para a requalificação do IP3 - Coimbra/Viseu, com perfil de auto estrada e, sem portagens, opção que subscrevia, porque era estratégica para ligar a fronteira até à Figueira da Foz, e, para beneficiar as comunidades que eram atravessadas pela IP3. Era aquilo que a Câmara estava a fazer e, a opção escolhida pelo Governo, que a acompanhava, não incluía ainda a ligação desejada que seria no futuro, entre a A13 - Ceira e o interior do distrito de Coimbra, até mais a montante, por não haver 300 milhões de euros;
- Disse ainda, que também como Presidente da ANMP, estava a trabalhar para que o equívoco das "Last Mile" para as vias de acesso às zonas industriais, às comunidades relevantes dos itinerários principais da Península Ibérica, incluído Portugal fossem financiadas pelos fundos europeus e, só agora é que estavam em condições na reprogramação do Portugal 2020 de inverter alguns preconceitos erróneos;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Mais disse, que no que dizia respeito ao Portugal 2020, a questão era muito grave porque, aquilo que tinha sido estruturado para utilização dos fundos comunitários pelas as autarquias, tinham uma teia burocrática pesadíssima para as autarquias e para o próprio Estado e que Portugal iria devolver dinheiro, porque não tinha sido aplicado;
- Informou ainda que no procedimento do processo da requalificação da Torre da Almedina e para receberem 85 mil euros, a Autoridade de Gestão tinha exigido, invocando um regulamento comunitário, que se fizesse prova que a Torre de Almedina era propriedade municipal, disse ter mandado tirar uma fotografia à Torre da Vereação, onde se verificava que era propriedade da Câmara e juntamente com actas e registo do cartório notarial, enviou à referida Autoridade mas aquele organismo, não tinha aceite, sugerindo que se fizesse um ilícito, à semelhança de outras entidades da cidade, como não tinham conseguido vencer aquele desidrato, mandou devolver o dinheiro, mas tinha sido recuperada ue a Torre de Almedina;
- Deu conhecimento que tinham acabado de ser entregues na Câmara Municipal as chaves do posto de combustível da Praça Mota Pinto;
- Terminou solicitando uma reflexão mais profunda e eventualmente, uma Assembleia Municipal relativamente ao aeroporto comercial, para o serviço aeroportuário nacional e internacional, dizendo que o Município, geria e era o detentor do alvará do Aeródromo Municipal Bissaia Barreto, e estava obrigado a despende, anualmente, quase meio milhão de euros para manutenção do mesmo, por isso não entendia porque não haveria o mesmo ser aproveitado para voos “low cost”, porque a região centro de Portugal era uma das 3 ou 4 regiões da europa, que não tinha um sítio para aeroportuária, por isso disse, terem estudado e assumido aquela hipótese que o tinha levado a acreditar ser possível e ser viável, sem medo mas com risco, uma vez que a base de Monte Real e a base de Beja não eram exequíveis, era sim, uma questão estratégica para a região centro de Portugal, para o tecido económico, para a ligação de Coimbra e sua região ao resto do mundo e também, para ter mais uma porta alternativa, a Lisboa e ao Porto porque, para além da localização do aeroporto, era também uma questão de estratégia e se assim fosse não se iria precisar de TGV, nem de mais pontes.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: *(áudio 49:43 a 50:15 minutos – 4ª gravação)*

- Estando concluído o Ponto 1, propôs que os Pontos 2 e 3 assim como, os Pontos 4 e 5 da “*Ordem de Trabalhos*”, fossem debatidos em conjunto, declarando de imediato aberta a discussão.
- 2. Prestação de Contas do Município de Coimbra referente ao exercício de 2017, apreciação e votação nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**
- a) Relatório de Gestão e Documentos;**
 - b) Aplicação de resultados;**
 - c) Inventário/Património Imóvel Municipal 2017;**
- 3. 1ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra, (Modificação aos Documentos Previsionais nº7/2018) aprovação nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;**

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): *(áudio 50:56 a 57:02 minutos – 4ª gravação)*

- Começou por fazer uma interpelação à Mesa no seguimento da intervenção do Presidente do Câmara que corroborava, quanto ao modelo do “Período da Antes da ordem do Dia” bem como, o modelo de perguntas ao Presidente da Câmara não estava correcto, porque o Presidente tinha falado cerca de uma hora e os deputados municipais tinha cerca de 5 minutos para intervir e sendo o órgão que fiscalizava, era a Assembleia, e para fiscalizar tinha que haver discussão democrática e o Presidente não teria que ter sempre a última palavra;
- Explicou que o voto contra do seu partido sobre Relatório de Gestão da Câmara Municipal se baseava essencialmente, em 8 razões para o fazerem, nomeadamente: aumento desproporcionado da colecta dos impostos directos de um ano para o outro em 6%; ausência de estratégia de reabilitação urbana; ausência de investimento directo estrangeiro; estratégia difusa para o Centro Histórico e Baixa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Coimbra; ausência de investimentos estruturais; ausência de estratégia relativamente à candidatura de “Coimbra Capital Europeia da Cultura”; ausência de conservação estratégica.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [\(áudio 57:26 da 4ª gravação a 02:21 – 5ª gravação\)](#)

- Começou por referir que na Conferência de Líderes que tinha precedido aquela sessão se tinha preconizado que a disponibilização da documentação, por via eletrónica, fosse feita em formato que permitisse a utilização de ferramentas de busca que os ficheiros de imagem não permitem, pondo em causa a consulta de várias centenas de páginas, essenciais para que pudessem realizar o trabalho ao qual estavam obrigados pelos concidadãos;
- Informou que na documentação de Prestação de Contas que lhes tinha sido remetida se confirmava o que a CDU vinha referindo em semelhantes ocasiões, ou seja, “*a gestão dos destinos do nosso Município*”, desde logo, a execução de 83% do orçamento corrente, não era uma boa notícia acrescido do facto da obtenção de um superavit de cerca de 30 milhões de euros, que seria uma boa notícia se Coimbra estivesse um regalo de limpeza; se os serviços municipais estivessem dotados de maquinaria e demais materiais continuamente reclamados, nomeadamente, pelas Freguesias; se equipamentos como o parque de caravanas do Choupalinho não fossem um mero parque de estacionamento com um buraco no chão para despejos;
- Mais disse que havia na documentação produzida, preocupações que partilhavam, citando que: “*no que concerne o nível médio etário, e em consonância com a tendência crescente de envelhecimento contínuo do Mapa de Pessoal do Município verificado nos anos precedentes, registou-se uma pequena subida, situando-se este indicador atualmente nos 48,08 anos.*”, no entanto, aquela preocupação ficava-se pela conclusão de 3 processos de recrutamento, que originaram a celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com apenas 12 Assistentes Operacionais: 4 nadadores-salvadores, 2 condutores de veículos e 6 trabalhadores do sector de Higiene Urbana/Espaços Verdes, denotando-se um envelhecimento da estrutura uma vez que, a maior parte do pessoal efetivo, tinha mais de 35 anos de idade, e contrastava com os poucos que contavam menos de 10 de carreira, sendo de notar a existência de muitos trabalhadores em condição precária, não tinham detetado nenhum mecanismo ou procedimento de aproveitamento do “*Programa de Regularização de Vínculos*” em curso.
- Também o activo da Câmara Municipal tinha crescido mais do que o Passivo, devendo-se essencialmente à integração de imobilizado que anteriormente não era contabilizado e ao aumento das dívidas de terceiros, o que, como era óbvio, constituía em si um activo, não deixando de ser um activo em mãos alheias;
- Quanto ao aumento do passivo disse explicar-se, na documentação, pelo acréscimo de obrigações relativas a “*Provisões para Riscos e Encargos*”, refletindo, nomeadamente, “*a estimativa dos custos associados aos processos judiciais que se encontram a decorrer contra o município*”, pedindo que a Assembleia fosse informada, dado a dimensão dos valores em causa;
- Relativamente aos impostos recolhidos, disse, só a derrama ter subido, perante uma significativa redução do IMI e do Imposto sobre as Transações onerosas, mantendo-se o receitado Imposto Único de Circulação;
- Disse ainda haver um aumento de 40% das receitas resultantes da aplicação de taxas e um aumento em 70% das receitas resultantes de impostos indiretos e, embora não lhe tivesse sido evidente de que taxa se tratava, importa garantir que aqueles aumentos não significassem um acréscimo dos encargos para os municípios num contexto de não melhoria dos serviços prestados;
- Relativamente à Via Central à sua construção disse, aparecer pobre na documentação, não se percebendo o seu papel numa área da Cidade que vinha sendo, alvo de uma autêntica guerra, traduzida na desertificação, no êxodo do tecido económico, no crescimento da especulação;
- Informou que na opinião da CDU e, excetuando a área da Habitação, as Grandes Opções do Plano apresentadas eram curtas, não transparecendo ali uma ideia estruturante do desenvolvimento da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Cidade, assumindo que naquele mandato, a nível do Executivo e da Assembleia, as suas responsabilidades, e delas prestar contas;

- Terminou afirmando que, conforme tinha referido e sumariamente se concretizava, a documentação em análise não refletia a sua visão de condução dos destinos do Município, por isso, optavam pela abstenção.

Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS-PP): [\(áudio 02:58 a 05:14 – 5ª gravação\)](#)

- Informou em poucas palavras, que “política” eram escolhas públicas ou escolhas relacionadas com o que era de todos e em função do alinhamento e da forma como faziam as suas escolhas, definiam a chamada “*hierarquia de valor e dos interesses*”;
- Relativamente à informação contabilística e de gestão por parte do Executivo, esperavam que a produção de informação contabilística cobrisse todos os departamentos camarários que permitissem avaliar com rapidez e segurança a posição financeira de cada sector e, era também indispensável, para um processo de decisão descentralizado, que permitisse exigir capacidade de gestão aos responsáveis pelos diferentes departamentos e responsabilizá-los pelos resultados que alcançavam e não só pelo cumprimento de procedimentos cada vez mais complexos e menos eficientes;
- Disse, esperar de quem geria o Município, que o fizesse o melhor que pudesse e soubesse, com sentido de responsabilidade, e respeitando os princípios de uma gestão, eficaz, eficiente e racional;
- Terminou lamentando que a Assembleia se tivesse de limitar a ler e consultar processos, fazendo algumas apreciações, em vez de ter uma participação activa nas grandes linhas da política municipal, sob proposta do executivo, pois seria um exercício de humildade democrática abrir aquela Assembleia, a uma discussão saudável sobre a cidade e, assim, sim, valorizar Coimbra.

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 05:59 a 11:30 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que na apreciação do Relatório de Gestão competia-lhes, não só fiscalizar, mas também avaliar em que medida o orçamento aprovado e o executado, correspondia a uma visão política estratégica coerente, para o desenvolvimento do concelho e para a melhoria global das condições de vida e de trabalho daqueles que nele habitavam e trabalhavam;
- Disse que da análise dos dados do Relatório de Gestão, o dado mais relevante, era a existência de um *superavit* de 41,5 milhões de euros que se conjugava com taxas de execução do orçamento “*Despesas correntes*” e de “*Despesas de capital*”, correspondentes a uma taxa de execução de 39,8%, e simultaneamente o volume da dívida de “*curto prazo*” e de “*médio e longo prazo*” se mantinham bastante elevadas, na ordem dos 51,5 milhões de euros;
- Assim a primeira observação crítica que faziam era de que se confirmava que o orçamento aprovado era uma peça de mera ficção, porque no ano em que se registava um crescimento significativo da receita, por conta da cobrança da derrama e de impostos indirectos e taxas, seria expectável que o Executivo tivesse uma política de investimento mais ousada, questionado “o porquê” daquela política de tão grande contenção dos investimentos;
- Passou de imediato à análise de algumas das rubricas da execução orçamental das Grandes Opções do Plano, nomeadamente: “Planeamento, Reabilitação e Qualificação Urbana”; “Ações de Desenvolvimento e Qualificação Urbana”; “Reabilitação Urbana”; “Promoção da Habitação, Reconstrução e Renovação Urbana”; Coesão Territorial e Desenvolvimento Socioeconómico”; “Ordenamento do Tráfego e Circulação”; “Conservação e Manutenção de vias”; “Equipamentos e Infraestruturas”; “Educação, Desporto, Tempos Livres e Cidadania”; “Educação Pré-escolar”; “Juventude, Lazer e Prevenção dos Toxicodependentes”;
- Terminou dizendo que face aquela enumeração exposta de resultados, a opção de voto, era um rotundo, voto contra.

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS-PP): [\(áudio 12:14 a 14:13 minutos – 5ª gravação\)](#)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Disse que na deliberação da 1ª revisão ao Orçamento da Câmara Municipal para 2018 se concluiu, que resultante do encerramento das contas de 2017, haveria lugar a um acréscimo líquido do Orçamento para 2018, num valor superior a 30 milhões de euros, mas numa cidade em que sobrava orçamento, havia uma Companhia de Bombeiros Sapadores, que era levada ao extremo da greve por manifesta falta de investimento municipal devido ao descontentamento generalizado dos Bombeiros Sapadores de Coimbra, sendo vários os fatores que contribuíam para aquela insatisfação, desde logo a falta de efectivos, a ausência de chefias, a falta de progressão de carreira, a falta de formação, a falta de equipamentos de protecção individual, a falta de uniformização do equipamento, a escassez de viaturas e a falta de manutenção de equipamentos;
- Terminou afirmando que percebiam que se estava numa cidade imaginária quando se via que uma Companhia de Bombeiros tinha mais efectivos, quando estava em greve a assegurar os serviços mínimos do que tinha habitualmente, num turno normal.

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 14:39 a 17:52 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que para quem tinha um superavit de 33 milhões como era o caso da Câmara Municipal, achava estranho que os investidores se afastassem de Coimbra, dando como exemplo, a empresa J. Neves, cuja licença para a construção de uma armazém, custava 60 mil euros e, depois de muita existência da sua parte, junto do Vice-presidente, tinha baixado para 18 mil euros;
- Terminou perguntado à Câmara Municipal para que é que queria ter um superavit, senão ajudava os investidores, nem as juntas de freguesias.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [\(áudio 18:33 a 29:45 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao deputado municipal Nuno Freitas esclarecendo-o que as obras que tinha referido na sua intervenção (maternidade, Tribunal e Estação B) tinham sido deixadas por acabar pelo Governo de Passos Coelho;
- Disse que as discordâncias de quem avaliava e verificava à posterior, e, de quem não tinha o ónus de decidir, de arriscar, decidir, gerir, arriscar realmente, sem ficar paralisado, com receio de juízos posterior de discordância, revelava era, uma visão das coisas um pouco simplista dos assuntos da decisão e da gestão, e, não era o caso do Relatório e Contas de 2017, porque, falar era sempre fácil fazer, era muito mais difícil, sobretudo quando se tinha de respeitar muitos e exigentes procedimentos legais e que passado houve, em que não se geria, ou não se fazia ou investia, não se arriscava, porque a Câmara PSD/CDS tinha na sua ideia de gestão, uma visão do "lucro";
- Realçou a importância do relatório e contas que lhes era trazido pelos auditores e onde se podia ler no seu parecer, *"...as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Município de Coimbra em 31 de Dezembro de 2017"*, bem com *"...estão contabilizados como estando em curso, obras cujo valor estimamos em 36 milhões de euros sem movimento em anos recentes e que, em parte, foram subsidiadas"*, verificando-se ainda da análise do referido relatório e contas *"...de forma apropriada e verdadeira"* e utilizando a expressão dos auditores descreveu que: "O Ativo Líquido em 2017 aumentou, relativamente a 2016, cerca de 21 milhões de euros, situando-se em 31/12/2017 em 717 milhões de euros; O Passivo financeiro, isto é, os empréstimos bancários, diminuíram 7,6 milhões de euros; As dívidas de curto, médio e longo prazo, diminuíram cerca de 8.5 milhões de euros; Os Fundos Próprios em 2017 aumentaram, relativamente a 2016, cerca de 10 milhões, situando-se em 31/12/2017 em 496 milhões de euros; O Prazo Médio de pagamentos diminui de 61 dias em 2016, para 48 dias em 2017; O Reforço das Provisões para Riscos e Encargos em cerca de 8 milhões de euros", portanto o saldo final daquela tipologia de provisões era de 42 milhões de euros;
- Relativamente à execução orçamental disse que para quem estranhava e encontrasse nas disponibilidades da Tesouraria, *"...36 milhões de euros sem movimento em anos recentes..."* deveria compreender e ponderar melhor o regime apertado da contratação pública, em cujo código abundavam medidas de garantias administrativas dos particulares concorrentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Acompanhando aquela “*boa saúde*” das contas da Câmara resultante da boa gestão, realçou o acréscimo da capacidade de endividamento, de cerca 13 milhões de euros em 2016 para mais de 15 milhões de euros em 2017 e ainda o reforço das Provisões para Riscos e Encargos em cerca de 8 milhões de euros;
- Terminou dirigindo-se ao deputado municipal Manuel Rocha informando-o, que na informação do Presidente da Câmara, previamente distribuída a todos os deputados municipais, tinha plasmado 150 ações judiciais, herdadas do passado, dizendo-lhe que, e após a aprovação das contas, num processo judicial que remontava ao ano de 2002, o Município tinha sido condenado a pagar mais de um milhão de euros a um sinistrado.

Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD): ([áudio 30:17 a 32:35 minutos – 5ª gravação](#))

- Disse que a sua junta, apenas tinha recebido de 15 mil euros de IMI, de IRS, de licenças, de direitos de passagem, de taxas de publicidade, esplanadas, inertes, maquinaria, de apoio cultural, de apoio a realização desportivos, de apoio a eventos da feira popular, absolutamente nada, para não falar do Posto de Turismo de Santa Clara, junto ao Recordatório.
- Terminou afirmando que, quanto ao estacionamento que iria ser inaugurado, entendia, que o mesmo já se encontrava pago.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): ([áudio 34:03 a 37:42 minutos – 5ª gravação](#))

- Começou por sugerir que todos visse no Relatório de Gestão, onde dizia “Sumário Executivo” onde aparecia uma verba relativa a “*iluminação pública*” no valor de 3.226. 693 milhões de euros e mais 150, 738 mil euros, sendo esse era o valor que o Município de Coimbra pagava de iluminação pública;
- Mais disse que em 2012 tinha havido um concurso público internacional onde a empresa IP tinha concorrido e ganho, mas o contrato não tinha avançado porque, após as eleições, tinha ficado sem efeito porque o Executivo, não tinha outorgado o contrato que era de interesse público nacional, solicitando ao Executivo que fizesse o favor de os esclarecer, uma vez, que era uma empresa de Coimbra e porque estavam em causa 3 milhões de euros.

Intervenção do Presidente da Câmara: ([áudio 38:07 a 43:07 minutos – 5ª gravação](#))

- Relativamente ao concurso público esclareceu que efetivamente tinha havido, em tempo passado, o lançamento de um concurso para instalar em todo o concelho Coimbra, iluminação de tecnologia LED, no valor de cerca de 400 milhões de euros, destinado a entregar o gestor intermediário, entre a Autarquia e a EDP, tinha sido adjudicado, embora a acta daquela adjudicação, não tivesse sido elaborada, tinha sido notificada a empresa ganhadora do concurso para depositar a respectiva garantia bancária, mas a empresa não a tinha apresentado, sendo uma condição indispensável para fazer o contrato, como determinava o Código dos Contratos Públicos;
- Relativamente ao Relatório de Gestão, informou que, o que estava à discussão eram propostas que mereciam aprovação, tanto da Câmara Municipal, como dos SMTUC, chamando à atenção que a gestão que vinham seguindo, tinha como pontos importantes, destacando, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano par a reabilitação Centro Histórico, no âmbito das ARU’s, garantido meios financeiros para dois objectivos; garantir o valor necessário para a execução das obras contratualizadas pelo Portugal 2020 e, o objectivo político, que tinha assumido por inteiro, aquando da Troika, que os municípios conseguiriam dar um demonstração e o seu contributo para a redução do défice excessivo, incluindo, a contratação de técnicos, bem como, o Programa de Regularização de Vínculos Precários;
- Mais disse, que a ANMP tinham conseguido gerar um superavit no total do ano transato de 447 milhões de euros e o Município também tinha dado o seu contributo, com o montante de 33 milhões de euros, por isso entendia, que estava ali a demonstração que a Câmara tinha resistido à tentação do facilitismo, da irresponsabilidade, assumia uma gestão rigorosa, em benefício do interesse público;
- Terminando pedindo que as contas fossem aprovadas.

Deliberação nº 7/2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 9 Abril deliberou *por maioria*, com 23 votos a favor, 20 votos contra e 6 abstenções e nos termos da alínea l), do nº 2, do artº 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro *aprovar*, os seguintes documentos:

- **Relatório de Gestão e os documentos de Prestação de Contas de 2017 relativos ao Município de Coimbra;**
- **Aplicação do resultado líquido do exercício**
- **Inventário/Património Imóvel Municipal 2017.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Deliberação nº 8/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 9 Abril deliberou, *por maioria*, com 23 votos a favor e 24 abstenções e nos termos da alínea a), do nº 1, do artº 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, *aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal de Coimbra, (Modificação aos Documentos Previsionais nº 7/2018).*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

4. **Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, do exercício de 2017**, apreciação e votação nos termos da alínea l), do nº 2, do art.º 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;
5. **1ª Revisão ao Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra de 2018**, apreciação e aprovação nos termos da alínea a), do nº 1, do art.º 25º, do anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Intervenção do deputado municipal Serafim Duarte (CpC): [\(áudio 47:44 a 51:29 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou que o quadro operacional e de gestão financeira dos SMTUC, era calamitoso, porque nos últimos 10 anos, tinha perdido de forma contínua, quase metade dos passageiros e conseqüentemente, a perda de receita bruta da venda de títulos da rede geral, na ordem dos 75%, e, sendo os transportes públicos urbanos que constituíam um eixo central na estratégia de mobilidade da cidade, só a muito custo se mantinham operacionais;
- Perguntou ao Presidente do Município, se entendia pertinente e se estava disposto a promover, juntamente com a Assembleia Municipal, e em articulação com os SMTUC, uma profunda e participada reflexão, envolvendo todas as forças políticas e sociais da cidade, quer no diagnóstico, quer na procura de soluções para aquele problema que tinha de ser equacionado de forma global, articulada e concertada no quadro de um plano de transportes e mobilidade urbana, concelhia e inter-concelhia;
- Terminou informando que relativamente ao sentido do voto do CpC e atendendo à importância crucial dos SMTUC na estratégia de mobilidade urbana, disse que tinha sido sua prática política, optarem pela abstenção, mas iriam votar contra, porque queriam dar um sinal claro e coerente de que não era mais possível uma atitude de alguma condescendência para com o rumo da gestão dos SMTUC e o agravamento, ano após ano, da sua situação financeira, assim como a degradação dos serviços prestados.

Intervenção da deputada municipal Isabel Melo (CDU): [\(áudio 52 a 53:23 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse, que aos SMTUC cabia garantir um serviço público de qualidade do transporte colectivo de passageiros do concelho de Coimbra, já tinham “*batido no fundo*”, mas presentemente, era notória a melhoria de oferta, com o alargamento a outras zonas, na qualidade dos serviços prestados, no aumento de veículos e na melhoria da informação, mas era necessário mais, como: a criação de novas linhas, algumas, em substituição das linhas privadas, aumentar veículos e pessoal, aumentar campanhas para atrair passageiros e aumentar as zonas de estacionamento na periferia da cidade com ligações aos transportes públicos de modo a diminuir os automóveis na cidade;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Terminou dizendo que cabia à Câmara Municipal insistir junto do poder central para que apoiasse os SMTUC, como estava a ser feito nos transportes de Lisboa e Porto.

Intervenção da deputada municipal Rosa Isabel (PS): [\(áudio 53:59 a 58:20 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Começou por afirmar que os SMTUC, que tinham por missão garantir o serviço público de qualidade no transporte coletivo de passageiros no concelho de Coimbra, tinha proporcionado no ano de 2017 uma melhor oferta aos cidadãos do concelho, através do alargamento da rede de transportes a novas zonas, da qualidade dos serviços prestados, no conforto, na segurança, cumprimento dos horários programados, na informação disponibilizada, através do investimento em novas tecnologias e por isso, no ano de 2017, o Executivo tinha garantido uma oferta adequada às necessidades das pessoas, tinha desenvolvido várias ações/campanhas de incentivo ao uso do transporte coletivo, tinha promovido a comunicação com os clientes com o reforço da informação em tempo real sobre horários nos painéis nas paragens e nos autocarros, beneficiando do investimento em novas tecnologias.
- Mais disse que o Executivo em 2017 tinha criado a ligação pelo interior do Jardim Botânico, ligando a zona ribeirinha, o Convento de São Francisco, o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, o Portugal dos Pequenitos e o Parque Verde, à zona histórica da Alta da Cidade, tinha adquirido 5 autocarros novos e 7 mini-autocarros, e tinha lançado o concurso público internacional para aquisição de 8 autocarros e 2 mini -autocarros elétricos, destacando também a parceria com uma startup do Instituto Pedro Nunes, que permitia monitorizar em tempo real a situação mecânica nos autocarros, e que levou a um decréscimo da taxa de imobilização global de 17,6% em 2016, para 15,9% em 2017;
- Quanto aos transportes escolares, disse haver a realçar a medida de ação social escolar no apoio nas deslocações dos alunos entre a residência e a escola, com a distância mínima de 2 km, que tinha sido reforçada no início deste ano letivo, com o financiamento a 100% e alargada aos estudantes do ensino secundário.
- Informou ainda que o Passe Rede Geral-Transporte escolar tinha tido um aumento em relação ao ano anterior de 34,9%, valor que tem vindo a aumentar significativamente desde 2014, assim como os Passes Sociais Especiais "Consigo -F", para titulares do Rendimento Social de Inserção, criados em 2015 abrangendo um total de 3.708 munícipes, e por tudo o exposto importava realçar que o tarifário praticado em 2017, era o mesmo desde 2013;
- Terminou afirmando que em 2017 tinha sido possível um resultado líquido positivo, perto de 188 mil euros, fruto do investimento feito e do empenho do Executivo e, por isso o relatório revelava uma eficaz gestão do serviço público municipal de transportes urbanos, que só poderia ter da parte de todos os deputados o voto favorável.

Intervenção do deputado municipal Pedro Filipe (CDS-PP): [\(áudio 58:36 minutos da 5ª gravação 00:10 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Começou por afirmar que o CDS concordava com a visão de que os SMTUC, como serviço público municipal, devia apostar na melhoria contínua do seu serviço, mas convinha, ter em conta alguns aspetos, nomeadamente: os argumentos nos relatórios, ao longo dos anos, eram sempre os mesmos; ano após ano, o número de passageiros vinha diminuindo, a Câmara Municipal cada ano que passava tinha que "oferecer" quantias mais avultadas para aquele serviço e, por aquele facto, continuavam a afirmar que investir nos SMTUC não podia ser um poço sem fundo, continuavam a defender a criação de mecanismos de gestão eficazes e eficientes, otimizando a gestão operacional, definindo corretamente a gestão estratégica, e construindo indicadores de desempenho;
- Perguntou como era possível Coimbra vir a ser uma cidade mais sustentável, analisando apenas alguns indicadores de atividade se, segundo o Relatório de Gestão de 2017, os passageiros transportados os bilhetes pré-comprados, a taxa de ocupação global tinham diminuído, o número do absentismo, os números da operacionalidade da frota urbana tinham piorado, os indicadores de produtividade e gestão orçamental, tinham maus indicadores e apenas o custo médio de consumo das viaturas, tinha aumentado;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Terminou dizendo que pensavam que ninguém podia bater palmas àqueles dados, continuavam a considerar que existia falta de visão estratégica por parte do Executivo, não sendo capaz de modernizar os sistemas e as operações, melhorar a eficácia e eficiência, e acima de tudo diminuir significativamente a profundidade daquele “*grande poço sem fundo*”.

Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC): [\(áudio 00:41 a 03:11 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que os SMTUC eram importantíssimos para o desenvolvimento do concelho porque a partir do momento em que foram colocados os transportes públicos, em Sargento-Mor, muitas pessoas deixavam os carros para a cidade, mas havia uma vasta área que não era servida pelos SMTUC, assim como, havia muitas pessoas que tinham deixado de estudar por falta de transportes, portanto a escola e os transportes estão interligadas, perguntando à Câmara se, com o superavit que tinha, não teria uma forma de subsidiar algumas turmas de forma a permitir uma escola pública em Souselas.

Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS-PP): [\(áudio 04:47 a 06:05 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Começou por dizer que relativamente à 1ª revisão ao orçamento dos SMTUC de 2018, pouco haveria a dizer e por isso, prefira centrar a sua intervenção naquilo que era essencial nas organizações, ou seja, as pessoas;
- Informou que em Coimbra os 277 motoristas dos SMTUC estavam na categoria de assistente operacional e ganhavam em média o ordenado mínimo nacional e era com aqueles valores que tinham de suportar todos os custos associados ao exercício da sua profissão, sendo que a formação de motorista para transportar pessoas custava 2.500 euros; a formação contínua custava de 5 em 5 anos 250 euros, o que equivalia a 50 euros por ano o que correspondia a 10% do seu salário base mensal;
- Pelo exposto disse que com a passagem dos motoristas dos SMTUC à categoria de “*agente único*” aqueles passariam a ganhar 837,60 euros mensais;
- Informou que nas últimas eleições autárquicas a Comissão de Trabalhadores dos SMTUC tinham retirando a greve a pedido do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, com o compromisso de este ajudar a resolver aquela questão, mas nada tinha sido feito para cumprir a promessa feita;
- Terminou afirmando que lhes restava, por isso, perguntar até quando os motoristas do SMTUC iria, continuar a ser tratados como cidadãos de segunda e, se se iria resolver o problema ou se se iria continuar a deixá-los à porta.

Intervenção do deputado municipal Rui Campos (MPT): [\(áudio 06:36 a 07:47 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que o Movimento Partido da Terra gostava de partilhar a sua visão para a cidade de Coimbra porque se eram um partido da sustentabilidade, entendiam a sustentabilidade em todas as suas dimensões, ambiental, social, cultural e também económica, por isso, não podiam deixar de registrar com agrado, que de facto, havia margem financeira na Câmara Municipal de Coimbra e que a Câmara esteja mais rica;
- No entanto, questionou se os conimbricenses estavam também mais ricos, tinham melhor qualidade de vida, viviam numa cidade com soluções de transporte eficientes, o que é que a Câmara lhes dava em troca dos impostos que pagavam, qual seria a solução para o caos do estacionamento dos HUC, se haveria uma nova maternidade;
- Terminou afirmando que defendiam que os SMTUC deveriam ser o investimento prioritário e não um aeroporto imaginário de fantasia e que Coimbra deveria ser uma cidade em que andar de carro fosse uma opção e não uma necessidade absoluta, pela defesa do Ambiente e pela qualidade de vida dos cidadãos.

Deliberação nº 9/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 9 Abril deliberou, *por maioria*, com 32 votos a favor, 2 contra e 13 abstenções e nos termos da alínea l), do nº 2, do artº 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, *aprovar* o **Relatório de Gestão e**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – SMTUC, do exercício de 2017.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Deliberação nº 10/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 9 Abril deliberou, *por maioria*, com 33 votos a favor e 12 abstenções, nos termos da alínea a), do nº 1, do artº 25º, do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, *aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento de 2018 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra - SMTUC.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

6. Isenção de IMI e IMT ao abrigo do artº 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais:

c) Prédio sito na Rua Antero Quental, nºs 174 a 178;

d) Prédio sito na Rua da Moeda, nºs 30, 32 e 34.

Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU): [\(áudio 12:08 a 14:53 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que mais do que proceder a um voto sobre aqueles dois procedimentos decisão de deliberação de isenção, mas havia uma matéria que a Assembleia Municipal devia ter em consideração, relativamente ao prédio sito na Rua da Moeda, nºs 30, 32 e 34, pois sabiam que pertencia ao Fund Box, o seu licenciamento era feito para comércio e habitação perguntando quais os mecanismos que o Executivo iria utilizar de modo a não permitir o abuso da utilização do arrendamento, e a não permitir que aquele espaço passasse a ser aluguer de pequena duração, porque, se assim fosse, ir-se-ia a perder o factor de reabilitação de revivenciar a Baixa, por isso era fundamental que o Executivo não deixasse de perder aquela oportunidade;
- Terminou perguntando ao Executivo, como estava e em que ponto estava o regime de reconhecimento das repúblicas, uma vez que já tinha terminado o prazo da consulta pública e porque era necessária uma decisão urgente do Executivo.

Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 15:10 a 16:54 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Relativamente às repúblicas disse que o procedimento tinha sido aberto, estava em análise, estava a decorrer e esperava que na próxima reunião da câmara fosse possível dar andamento ao processo;
- Quanto à questão colocada pelo deputado municipal, sobre o prédio sito na Rua da Moeda, nºs 30, 32 e 34, informou que se tratava de um requerente do Fund Box, que era uma entidade gestora de fundos de investimento imobiliário, gestora de património inserido pela Câmara Municipal e outras entidades, portanto, aqueles cuidados estavam protegidos e acautelados, desde a constituição da SRU, em termos estratégicos, aprovados pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal e, embora sabendo que poderia haver alguma tendências para abrandar aqueles componentes, até aquele momento, não tinha nenhum indicador de tentativas de ir mais além, tudo indicava não haver àquela prática.

Deliberação nº 11/2018

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 9 Abril deliberou, *por unanimidade*, *aprovar, Isenção de IMI e IMT ao abrigo do artº 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais:*

a) Prédio sito na Rua Antero Quental, nºs 174 a 178;

b) Prédio sito na Rua da Moeda, nºs 30, 32 e 34.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

7. Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis – Integração do Município de Coimbra, apreciação e votação nos termos da alínea u), do nº 1, do art.º 25º, artº 108º, 109º e 110º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

Intervenção do deputado municipal Hernani Caniço (PS): [\(áudio 18:38 a 22:54 minutos – 6ª gravação\)](#)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Começou por se congratular com a proposta de Coimbra integrar a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, organização que ia fazer 21 anos em 10 de Outubro próximo, integrava 47 Municípios, e que tinha por missão, apoiar o desenvolvimento do projeto Cidades Saudáveis da Organização Mundial de Saúde, assente nos princípios de equidade, solidariedade e cooperação, esperando que Coimbra viesse também a integrar a Rede Europeia de Cidades Saudáveis, cumprido os critérios de designação e de elegibilidade definidos pela OMS;
- Mais disse que a Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis assumia a saúde como uma prioridade política, potenciava a saúde para todos e a cobertura universal de saúde, porque a promoção da saúde tinha por objectivos diminuir a mortalidade e a morbilidade por doenças relacionadas com o estilo de vida, aumentar a literacia em saúde educando os utentes sobre as causas das doenças, motivar e formar outras pessoas;
- Terminou afirmando que era responsabilidade que a Câmara Municipal de Coimbra assumia ao aderir à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, esperando no entanto que a mesma assumisse a análise dos médicos e professores universitários dos Estados Unidos da América, país onde existiam cerca de 80.000 médicos em 209.000 "primary care physicians", e que aqueles consideravam que os médicos de família eram os verdadeiros especialistas da promoção da saúde e referiam que o privilégio de melhorar a saúde das pessoas, era um dos maiores desafios actuais, e que a saúde não era mais, "*apenas uma questão médica*", mas era, cada vez mais, uma questão política, social e económica.

Intervenção da deputada municipal M^a dos Prazeres (SC): (áudio 23:17 a 26:10 minutos – 6^a gravação)

- Começou por dizer que a evolução do conhecimento científico e as transformações sociológicas das últimas décadas, tinham dado origem a novos paradigmas de entendimento e desenvolvimento das políticas e das práticas no plano da promoção da saúde e era naquele contexto que se devia entender e valorizar a emergência de dinâmicas locais, de proximidade, especificamente voltadas para a promoção da saúde humana e onde, incontornavelmente, as autarquias se deviam assumir como protagonistas de políticas concretas, integradas, planeadas com orientações estratégicas claras e perspectivadas de forma transversal, o que significava, por exemplo, que fossem desenvolvidas políticas coerentes de recolha e tratamento de resíduos tomando como um dado adquirido a sensibilização e disponibilidade dos cidadãos para práticas adequadas de tratamento dos resíduos domésticos, que fossem adoptadas medidas activas, no que respeitava à aproximação dos ecopontos às pessoas, promovendo a sua correcta utilização, um investimento na promoção de práticas ao ar livre, criando infraestruturas dedicadas e customizando outras já existentes, que fosse feitas opções claras e firmes por soluções integradas de mobilidade, que fosse implementada uma estratégia de diálogo com os actores-chave pertinentes para a superação de constrangimentos ao nível das acessibilidades a unidades de saúde;
- Terminou afirmando que a adesão à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, em si mesma, não lhe suscitava, qualquer reserva e, a merecer algum reparo, seria apenas pelo facto de se estar a fazer com um atraso de duas décadas, mas, o voto favorável deveria ser entendido como a expressão da expectativa num compromisso inequívoco para com o propósito de fazer de Coimbra um Município Saudável, deixando o repto para um estudo a breve trecho da adesão de Coimbra, à rede de Municípios, para a Adaptação às Alterações Climáticas, cujo propósito se cruzava de forma tão estreita, com a proposta que estavam a debater.

Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD): (áudio 26:20 a 27:42 minutos – 6^a gravação)

- Relembrou que Coimbra já tinha feito parte daquela rede e tinham decidido sair, porque os resultados eram muito fracos, mas queriam ver os resultados após um ano daquela óptima associação;
- Terminou pedindo para se actualizarem os objectivos das Nações Unidas, porque havia novos e que os 2 mil euros que não se iam ser gastos, poderiam ser dados como quota, à Rede.

Deliberação n^o 12/2018



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 22 de Janeiro deliberou, *por maioria*, com 44 votos a favor e 3 abstenções, *aprovar* a “**Integração do Município de Coimbra na Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis**”.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.

